

Desemprego, arma de Lula contra FHC

Luta por mais empregos no Brasil será o carro-chefe do candidato das esquerdas à Presidência da República ano que vem

O combate ao desemprego vai ser a principal bandeira dos partidos de esquerda na campanha para a Presidência da República no ano que vem. O "Encontro popular contra o neoliberalismo, por trabalho, terra e cidadania", realizado ontem em São Paulo, elegeu a luta por empregos como o carro-chefe de uma agenda de mobilização que deverá integrar as campanhas dos principais candidatos.

A agenda inclui temas como reforma agrária, casa popular, saúde e educação pública. O encontro, promovido por diversas entidades, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reuniu 3.897 pessoas, segundo os organizadores.

O candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, encerrou a reunião com um apelo à unidade dos partidos de esquerda e críticas ao neoliberalismo, representado pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Numa amostra das dificuldades de uma aliança de esquerda, o eterno presidente nacional do PC do B, João Amazonas, e o líder da bancada do PSB na Câmara, deputado Alexandre Cardoso, defende-

ram a união contra a política neoliberal e o desemprego, mas não a identificaram com a candidatura Lula. Mesmo assim, o petista disse que considera certa a coligação com PDT, PC do B, PSB, PSTU e PCB. A agenda de mobilização aprovada no encontro prevê a primeira manifestação pública para 24 de janeiro, Dia do Aposentado.

PREFEITOS

Para os prefeitos das oito principais capitais brasileiras, o ônus da crise vem sendo transferindo de forma "perversa" aos municípios, que estão sendo drasticamente punidos. A "Carta de São Paulo", documento elaborado ao final do 4º Fórum dos Governantes das Maiores Cidades Metropolitanas, diz que o ônus da crise deve ser repartido entre todas as esferas governamentais, de acordo com suas responsabilidades.

Os prefeitos consideram que a atual política do governo federal, agravada pelas medidas contidas no pacote fiscal, representa um atentado contra o pacto federativo. A duplicação das taxas de juros, além dos efeitos imediatos sobre as dívidas municipais, provocaram redução nas receitas tributárias em consequência da retração na atividade produtiva.

Na carta, elaborada ao final do encontro, os prefeitos reivindicam a revisão das medidas contidas no pacote fiscal que restringem o acesso ao crédito por parte dos municípios; retomada dos investimentos federais nos municípios e regiões metropolitanas, visando reduzir os efeitos provocados pelo desemprego; acesso a recursos federais, principalmente do BNDES e Caixa Econômica; inclusão dos municípios na reestruturação da dívida pública com o mesmo tratamento concedido aos estados; Rolagem da dívida; e redução das taxas de juros.

Na área tributária, a Carta de São Paulo pede a edição de medidas, visando fortalecer as receitas municipais. Entre estas, destaca-se a aprovação de Lei Complementar do ISS e a volta do Imposto de Venda do Varejo de Combustíveis (IVVC), além da suspensão da desoneração do ICMS para bens de uso e consumo previsto para 98 e o ressarcimento integral, aos estados, das perdas decorrentes da Lei Kandir. A carta diz ainda que os critérios de transferência de tributos não contemplam adequadamente as cidades metropolitanas, que são as maiores geradoras de recursos e têm mais compromissos sociais.

Em seu discurso, na abertura do Fórum, o prefeito de São Paulo, Celso Pitta, afirmou que os municípios são mais atingidos pela crise porque ninguém mora ou trabalha em entidades administrativas abstratas como Estados e Federações.